

América Latina

A América Latina “opta” pelo Capitalismo.

Essa expressão, grifada entre aspas, neste subtítulo que se encontra acima, simboliza a “liberdade de escolha” que apresentou a América Latina, ou melhor, a falta dessa liberdade, pois, sob as vestes de uma democracia liberal escondia-se um plano de exploração que daria prosseguimento ao colonialismo, porém, travestido de modernidade. Uma democracia capitalista, onde os direitos de participação estão atados ao poder aquisitivo, a substituição do cidadão (político) pelo consumidor (econômico) ganhará cada vez contornos mais nítidos, e o dinheiro permeará cada vez mais as relações. Ofusca-se o político, salienta-se o econômico; se enfraquece o Estado, se reforça a empresa transnacional... ainda que essa tendência se confirme de 1970 em diante, precedida por uma ditadura militar que preparou o terreno para um determinado padrão de democracia.

As primeiras ideias do Liberalismo ganharão cada vez mais força e adentrarão o século XX, revestidas com uma imagem progressista e modernizadora, primando pela industrialização e pela urbanização, a sociedade do consumo atinge os países pobres, será essa a Revolução Industrial da periferia global, agora orquestrada pelos europeus e norte-americanos.

América Latina: “O Quintal dos Norte-Americanos”

O contexto da Guerra Fria foi palco, como já vimos anteriormente, de uma polarização do mundo, portanto, se os países se dividiam entre capitalistas e socialistas, cabe-nos saber de que lado colocou-se a América Latina, ou, melhor, de que lado ela foi colocada. Os Estados Unidos trataram de assegurar que os países latino-americanos se posicionassem a favor do projeto capitalista, para isso utilizaram a estratégia de criar um bloco de países que se chamava Organização dos Estados Americanos, em 1948. A OEA apresentava um exército (norte-americano, evidentemente), que controlava revoltas e agia sempre que surgisse, dentro de algum país da América Latina, algum plano de desenvolver um governo que contrariasse as ideias dos EUA. Foi dessa forma que se garantiu que ideias comunistas não invadissem a cabeça dos latino-americanos, que viviam sob condições de miséria, sendo o local onde uma revolução proletária faria eco. Enquanto evitava-se que ideias contrárias ao Capitalismo entrassem na mente dos povos do nosso continente, os

americanos venderam um sonho aos pobres, ou seja, a propaganda de que apenas o Capitalismo poderia proporcionar uma vida confortável, mas para isso a sociedade deveria viver em função do consumo, essa visão de mundo foi chamada de “American Way of Life” (modo de vida americano).

Após a queda do nazismo e do facismo, na Segunda Guerra Mundial, o ideal de “liberdade” expandiu-se pelo mundo, e a América Latina não ficou de fora dessa onda. As oligarquias não eram bem vistas por esse “movimento democrático” que se espalhava pelo globo, mas os países pobres estavam cheios de elites locais que não concordavam em perder seus privilégios. Esse panorama levou as elites a pensarem formas de continuar explorando, mas com o apoio internacional, foi aí que surgiu o Populismo, como forma de manter os privilégios, mas parecendo atender aos anseios do povo. Com o crescimento dos centros urbanos nos países pobres, começa a surgir uma classe média de industriários e essa ascensão das cidades faz com que o Coronelismo, que consiste na influência que os donos de terra, no meio rural, tem sobre sua região, comece a cair, e esse será um momento de mudança política.

As relações políticas se tornaram paradoxais, inclusive: enquanto se dizia governar em nome do povo e buscar uma democracia, elites enriqueciam e a voz popular era abafada pela força militar. O Estado se fez presente para apoiar a manutenção da estabilidade, assim como no Mercantilismo: Estado e elites unem-se para enriquecer a burguesia, controlar o povo e aumentar o poder dos políticos. A América Latina parece ser um eco histórico da Europa, as coisas acontecem aqui, só que com séculos de atraso, e devemos saber, claro, que a intenção dessas manobras não era buscar um bom padrão de vida a maioria da população dos países da América Latina.

O Estado passou a agir como o “pai do povo”, centralizando-se na figura de um governante (como Getúlio Vargas no Brasil, de 1951 a 1954), essa relação paternalista buscava convencer a população de que o país sabia o que era bom para ela, assim, suprimia revoltas, realizava inúmeras reivindicações da população, buscando mantê-la controlada. O Sindicalismo cresceu de forma pujante: caracteriza-se pela criação de sindicatos de trabalhadores influenciados por pessoas ligadas ao governo, que diziam reclamar por direitos do trabalhador, mas valiam-se dessa insígnia de defensores para manipular o operariado. Essa foi uma manobra que evitou muitas revoltas operárias.

Algumas manobras eram utilizadas, além da força e dessa relação paternalista, para buscar o controle social, como o Nacionalismo, que representa a busca da coesão social através de um discurso que propõe a união social por meio do conceito de Nação, versando sobre pessoas que se identificam por habitar historicamente um mesmo chão, falar uma mesma língua, possuir costumes semelhantes etc. O

Nacionalismo também pregava que o motivo dos problemas dos países pobres era a exploração por parte dos países ricos e propunha a estatização do setor internacional da economia, à guisa de recuperação da autonomia, e isso se tornou um problema para as grandes nações dominadoras sobretudo para os EUA. Essa questão será o estopim para o início das ditaduras na América Latina, movidas pelos países ricos e apoiadas por elites coligadas ao poder internacional.

Uma Exceção à Regra: a Revolução Cubana (1959)

Do início do século XX até o ano de 1950, Cuba viu sua população ser empobrecida e cada vez mais explorada por estrangeiros que investiam na indústria, assim como ocorreu exploração no setor agrário no período colonial, e que ainda se mantinha no século XX, com a cultura do açúcar. Dessa situação começaram a emergir revoltas populares de esquerda, por volta de 1920, o que fez com que os norte-americanos apertassem o cerco, colocando no poder um general mais “linha dura”, chamado Fulgêncio Batista.

Na década de 1950, surgem nomes como Ernesto (Chê) Guevara, Fidel Castro e Camilo Cienfuegos, que movimentam uma revolução popular, que iniciou com doze guerrilheiros, aumentando pouco a pouco seu número de simpatizantes, até conseguir derrubar o governo de Batista, em 1958. Coube, após a vitória, reconstruir a política do país, que investiu no aumento de salários, na queda de preços e na melhoria dos serviços públicos, além da aplicação da reforma agrária, que lesou proprietários poderosos, tanto cubanos quanto norte-americanos. Essas práticas irritaram os americanos, que boicotaram a importação do açúcar de Cuba (principal renda do país), mas por outro lado, abriram mercado com a União Soviética que (sabendo-se do clima da Guerra Fria, na época) passou a comprar o produto cubano, estreitando cada vez mais os laços entre Cuba e o Socialismo.

Os norte-americanos ainda tentam invadir Cuba, em 1961, mas os exércitos do país e sua população lutam e derrotam os EUA, consolidando a liderança de Fidel como presidente de Cuba, e afirmando o país como uma nação socialista, unida à União Soviética. Vale observar que Cuba fazia parte dos países sob jugo dos EUA, pois, é território muito próximo, a perda desse país para o bloco socialista simboliza uma revolução em pleno quintal americano, um tapa na cara do Capitalismo e uma situação a ser observada de perto pelos geopolíticos da época. Esse fator, somado à preocupação dos americanos com as características nacionalistas do Populismo, irá eclodir uma série de ditaduras militares pela América Latina, na década de 1960.

Cuba manteve-se fiel ao pensamento socialista, e não mudou sua forma de pensar a sociedade até o início do século XXI, quando Fidel Castro, com problemas de saúde e pressionado por neoliberais cubanos renuncia. Fidel acusava os EUA de perseguição à Cuba, e pedia que os norte-americanos retirassem o embargo econômico em relação ao país, o que não ocorreu. Em 2007 foram realizadas eleições pela Assembléia Nacional Cubana, que elegeu Raul Castro (irmão de Fidel) como o presidente do país. Desde a eleição de Raul, várias atitudes têm sido tomadas para abrir o mercado e aumentar as relações com o exterior, proibições ao consumo de produtos importados foram retiradas e Cuba parece rumar para a abertura econômica, pois, o novo presidente apresenta boa imagem frente à opinião pública internacional.

Ditaduras Militares

A partir de 1964, uma série de mudanças políticas começam a acontecer na América Latina, pois, o Populismo começa a ser atacado por conservadores, que derrubam um Estado com um considerável nível de liberdade civil e instituem os governos militares ou ditaduras militares. No Brasil, em 1964, cai João Goulart; Peru, Bolívia e Panamá, em 1968, entram no jugo dos militares; o Chile, em 1973, derruba Salvador Allende, que estava fazendo uma série de mudanças sociais no país, e coloca o ditador Augusto Pinochet; e, em 1976, Argentina e Uruguai sofrem os golpes de Estado, por parte dos militares.

Essas práticas de quebra da democracia foram movimentadas pelos países hegemônicos capitalistas, que não queriam perder aliados na corrida espacial, no âmbito da Guerra Fria, e, também, não gostariam de ceder fontes de recursos naturais tão ricas quanto os países da América Latina (recursos como ferro e petróleo), além de serem mercados consumidores bastante populosos. Cuba já havia mostrado algo que os capitalistas não gostariam que se repetisse em outros países latino-americanos, então, trataram logo de lançar, a partir da década de 1960, projetos de ditaduras militares.

Essas formas de governos deveriam caçar pensamentos socialistas, comunistas ou anarquistas, bem como extinguir toda e qualquer mente que se opusesse ao regime capitalista (nessa prática, muitas famílias até hoje procuram parentes desaparecidos durante o regime militar), ao mesmo tempo em que difundia os costumes consumistas nesses países. É extremamente importante notar que a ditadura valeu-se do fato das nações latino-americanas não estarem acostumadas à democracia, para aplicar o golpe, porque mesmo o Populismo era “autoritário” com os

pobres, e isso facilitou a aceitação. A ditadura aproveitou um passado e construiu um futuro, pois, arraigou fortemente a cultura do consumismo e a postura acrítica em muitos povos. Essa foi a preparação para os dias atuais, preparação para uma outra ditadura, muito mais sutil, a ditadura do consumismo, uma ditadura invisível.

A censura sobre a informação e a arte marcou o período da ditadura, fazendo com que a população tivesse a visão de mundo determinada pelos militares, essa visão determinava que o país estava perfeito e que o Capitalismo era a saída para os problemas (teria isso alguma influência sobre nós ainda?).

É importante registrar que, além de doutrinar a população para o consumo, os militares exerceram uma política de construção de uma infra-estrutura pesada (energia, transporte, saneamento etc), adensando ainda mais os centros urbanos e possibilitando que uma economia interna se desenvolvesse. O aumento da infra-estrutura não seria um fato preocupante se, para sua construção, o governo não tivesse contraído uma gigantesca dívida externa, que deixava os países, ainda mais, a mercê das decisões estrangeiras. Os militares, também, fizeram com que a economia expandisse (tanto urbana quanto rural), a década de 1970 viu uma invasão incrível de empresas estrangeiras, que foram para a cidade e para o campo, travando um combate e contribuindo para a falência das empresas nacionais, que possuíam menos capital para competir. Essa política foi contrária a do Populismo, que nacionalizava empresas e substituía importações por produção brasileira, então, pode-se dizer que os militares afirmaram, nos países latino americanos, a onda neoliberal (o liberalismo já visto, porém, com outras vestes, mas mantendo a essência). Portanto, a empresa ganha autonomia frente ao Estado e passa a influenciar nas políticas nacionais, esse será um cenário que se afirmará cada vez mais, e mesmo com a queda dos regimes, esse Capitalismo que desautoriza o Estado só tende a crescer.

A América Latina e a Democracia Capitalista

Mesmo com a repressão praticada pela ditadura, muitos movimentos começaram a se irritar com a situação dos países: artistas e jornalistas que não aceitavam a censura, estudantes e pensadores irritados com a situação humana e operários revoltados com as condições de emprego e baixos salários. O país passava por uma grande crise, empresas estrangeiras dominavam o cenário econômico e o Estado estava endividado, esses fatores enfraqueciam a coesão política, promovendo conflitos dentro da cúpula governamental (pouco a pouco a ditadura vai sendo enfraquecida). Houve um crescimento exacerbado da década de 1970, com a invasão

de empresas estrangeiras e a contração de dívidas externas para expansão da infraestrutura que promoveram uma crise na década de 1980, que foi chamada de década perdida, por causa dessa crise econômica e social. Em 1980, a economia estagnou, o gasto público era muito alto, a dívida cresceu, a inflação subiu e os salários baixaram. Esses fatores, somados às revoltas sociais e às crises políticas internas nos governos, minaram os governos militares, até sua extinção, no final da década de 1980.

Com o fim das ditaduras, a maioria dos países já estava com uma estrutura econômica voltada para o Capitalismo, a sociedade tinha uma visão de mundo formatada, também, nesse sentido. Quando os regimes militares caíram, os países promoveram assembléias para decidir que rumo tomariam, e grande parte da América Latina optou pela República Presidencialista. O conceito de república (do latim, “*res publica*”, que significa, coisa pública) é amplo e um tanto quanto impreciso, mas remete a idéia de um bem público, um governo onde a população participa constantemente das decisões. Cabe observar que esse termo confunde-se muito com o de democracia, que é a participação do cidadão nas decisões políticas, e significa, em grego “*demos*” povo, “*kratos*” poder.

Com a República, portanto, o presidente era eleito para governar um Estado onde os cidadãos participavam constantemente das decisões, essa era uma contraposição ao período anterior e uma forma de política que primava pela liberdade. Ou, pelo menos, em teoria, deveria trazer liberdade, uma vez que sabe-se que na prática a liberdade é, digamos assim, bastante relativa. Uma democracia capitalista é a intenção das grandes empresas, que vendem um sonho de liberdade, sem mencionar que para isso deve-se possuir uma boa quantidade de dinheiro no bolso, logo, a maior ou menor inserção das pessoas no Estado de direitos está relacionada à sua participação na economia. Quanto mais o tempo passa, mais a economia rege as relações humanas, fazendo com que a política e a sociedade sejam resultantes de variáveis econômicas.

Outra questão iniciada no regime militar, mas que cresceu após seu fim, é o Neoliberalismo (já foi citado, basta lembrar do Liberalismo, que pretendia menor intervenção possível do Estado da economia). Na verdade, o Estado e suas regulamentações eram um entrave à liberdade de exploração praticada pelas empresas, além disso, empresas estatais competiam com empresas privadas, o que levou a economia global a incentivar à prática da privatização das empresas públicas. Quando segurança, saúde e educação passaram a ser uma mercadoria, as empresas privadas passaram a criticar, ainda mais, a intervenção estatal, pois, se serviços públicos de qualidade fossem oferecidos à sociedade, os seguros particulares, planos de saúde e escolas particulares jamais conseguiriam lucrar. Temos alguns

pontos a pensar: para que servem os impostos se os serviços públicos não funcionam? É justo termos que pagar por serviços privados, se já pagamos impostos? Saúde, educação e segurança estão na Constituição Federal como direitos de todos os cidadãos, então, por que temos que pagar por isso, a empresas privadas?

Atualmente sofremos o resultado histórico de problemas não ou mal resolvidos que vêm se acumulando com o passar do tempo. É no espaço que ficam grifados os fenômenos de outros tempos, e isso é verificável na atualidade, pois, está registrado fisicamente nas diferentes paisagens. É a geografia explicando a história e vice-versa. Uma questão que deve ser debatida é a da concentração fundiária (a má distribuição de terras que assombra a América Latina) alguns têm grandes extensões de terras e outros não possuem um pequeno terreno sequer. A extensão não garante que um proprietário vá lucrar muito, mesmo porque, grande parte dos latifundiários apresenta uma vasta parte de sua propriedade como improdutiva, mas ele não vende, pois, além de esperar ela aumentar seu valor (renda da terra) sabe que uma grande quantidade de terras pode gerar poder político, uma vez que fará com que muitas pessoas dependam dela ou habitem esse chão por “boa vontade” do proprietário, ou seja, com sua permissão. Quando muitas pessoas estão sob dependência de um coronel, ele exerce influência sobre essas pessoas, e todas as suas decisões serão apoiadas por essas pessoas, que é justamente o que costuma-se chamar de Coronelismo: essa é uma forma corrente de fazendeiros elegerem-se em cargos públicos, pois, as pessoas que moram em sua região de influência votam neles.

É nesse cenário que surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no Brasil, que passa a reivindicar uma maior igualdade na distribuição de terras, valendo-se de ferramentas como a invasão de propriedades improdutivas e passatas, para brigar por seus direitos, e esse é um fator que promove constantes conflitos entre sem terras e grandes proprietários. Entre os grandes proprietários, podemos incluir não só fazendeiros brasileiros, mas também empresas agrícolas estrangeiras, que compram cada vez mais terras no interior do país, e essa é uma tendência que vem aumentando.

Os problemas no campo afetam a cidade, pois, o êxodo rural (pessoas migrando do campo para a cidade) promoveu o inchaço urbano e o desemprego, mas não somente a chegada de novas pessoas colaborou para a deterioração dos sistemas urbanos, outros fatores também se articularam para isso. Primeiro fator: a pouca intervenção do Estado fez com que a qualidade do serviço público e a infraestrutura urbana tenham decaído de forma absurda. Segundo fator: como as empresas transnacionais procuram mão-de-obra barata, um lugar com uma grande quantidade de trabalhadores sem emprego é um local propício para a instalação de

um empreendimento (lembrar-se de um fato já mencionado nessa apostila: a força de trabalho é uma mercadoria para o Capitalismo, quanto mais oferta de mão-de-obra, menor seu preço). Com uma população recebendo baixo salário, dedicando-se ao serviço informal ou estando desempregada, demorou muito pouco para que a cidade se tornasse um lugar empobrecido e violento, palco de tráfico de drogas e todo tipo de desregulamentação. Com péssimas condições de segurança, a cidade torna-se um lugar onde a vida é posta em risco a todo momento, com um sistema de saúde aos pedaços, os pobres adoecem e não possuem os cuidados necessários, e com uma educação deficitária a população está a mercê de qualquer decisão política ou econômica, pois, não sabe como reivindicar seus direitos, sendo mantida na ignorância para ser mais facilmente manipulada.

Os países latino-americanos têm presenciado um distanciamento incrível entre pobres e ricos, a concentração de renda é uma característica marcante dos países subdesenvolvidos. Atualmente alguns países, anteriormente chamados de subdesenvolvidos, são chamados de “países em desenvolvimento”, é apenas uma nomenclatura amena para designar países pobres, que não resolveram seus problemas sociais, mas que participam de forma mais ativa no mercado internacional. Sabe-se que desenvolver-se economicamente não quer dizer desenvolver-se socialmente.

É importante dizer que questões curiosas têm sido notadas, como as empresas de grandes países ganharem um poder tal que podem ameaçar economias estatais, não apenas os países pobres estão a mercê das empresas, mas os ricos também. É um fluxo de capital inimaginável, que transcende economias estatais e transpõe barreiras fronteiriças, no controle disso está o Mercado Global e sua famosa mão invisível que pretende que as coisas aconteçam naturalmente, sem intervenção do Estado. O Mercado Global é formado por um conjunto de empresas, com investidores anônimos, que perdem e ganham dinheiro todos os dias em bolsas de valores. Os países têm se unido em blocos para tentar se defender desses “inimigos” invisíveis (exemplos são o Mercosul, a União Européia etc), o que é contraditório, pois, parece que os países hegemônicos lutaram para implantar um sistema que devora Estados e agora, inclusive, os seus próprios.

Mas podemos interpretar, mais uma vez, traçando uma comparação entre a atualidade e o que foi proposto pelo Liberalismo. Bem como no período mercantilista inicial, os burgueses utilizaram a nobreza para conquistar poder, pagando impostos para isso. A partir do momento em que tinham muito poder, pressionaram a nobreza e a empurraram a uma condição subalterna, eis a Revolução Francesa. Se compararmos a relação do Estado e da Empresa atuais, poderemos ter pensamentos

bastante esclarecedores, contemplando um passado que, como diz Mário Quintana, “não reconhece seu lugar, está sempre se fazendo presente”.

Alguns fatos atuais a serem pensados.

A forma de governo praticada por Evo Morales, na Bolívia, e Hugo Chávez, na Venezuela, tem despontado como diferenciais em relação à economia Neoliberal, pois, esses governantes têm tomado decisões que defendem o patrimônio interno e a soberania de seu Estado. Alguns exemplos de atitudes dessa “nova política”: a quebra de acordo que a Bolívia praticou com a Petrobras, por julgar seu pagamento muito baixo, pelo gás; ou o governo de Chávez, que é um político que critica abertamente os EUA e tem tomado uma série de medidas contrárias à economia global, como estatizar empresas e fechar muitos canais de TV venezuelanos que o criticavam. Evidentemente que esses dois presidentes não recebem o apoio da opinião pública internacional, que os vê como possíveis ditadores, pois, são um entrave à prática da livre economia.

Existem algumas estratégias geopolíticas que se alteram ao longo do tempo, montando e remontando territórios, mexendo com a configuração geográfica. No século XIX, as idéias de um venezuelano chamado Simon Bolívar, influenciaram e promoveram a independência de inúmeras colônias espanholas. Para Bolívar os latino-americanos tinham que se enxergar como povos autônomos e lutar pela liberdade, mas, para isso, deveriam unir-se contra os europeus. Ele tentou várias vezes, em inúmeras conferências, unir os países da América Latina, mas pouco conseguiu, pois, os europeus trataram de desagrupar os países, colocando uns contra os outros em tom de competição por território, isso os manteria fracos e sem expressão para lutar por direitos.

Nos tempos atuais, os norte-americanos propõem a união dos países latino americanos em blocos, para que eles sejam mais facilmente controlados, e também para que a queda das barreiras alfandegárias permita que os produtos americanos circulem livremente por esses países. Além disso, essa integração deve abrir as portas para entrada de empresas estrangeiras e para privatizações de empresas estatais, o que também é de interesse internacional. Antes separava-se para enfraquecer, hoje agrupa-se para dominar, essas mudanças de estratégia marcam todo o fascínio que mora no estudo das civilizações, tanto de sua organização geográfica quanto de sua mutação histórica, o que no fundo são fatores que estão relacionados, um não acontece sem o outro.

Professor Thiago Espindula - Geografia

Percebe-se que essa integração está sendo orquestrada pelos americanos e pelas empresas transnacionais, uma integração que não serve para unir latino-americanos, mas para promover um maior controle. Além disso, os países pobres competem pela hegemonia continental e para saber quem cresce mais, dentro desse duelo de fracos, quem ganha são os fortes, que disseminam a discórdia e apanham os lucros.